

Protocolo de Colaboração

Entre

Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira, com sede na Rua Dr. Domingos Rosado, 7005-469 Évora, representado pelo seu Diretor Fernando Farinha Martins nos termos da Lei e dos seus Estatutos, como **primeiro outorgante**;

e

Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício, com sede na Av. Eng. Arantes de Oliveira, 7000-758 Évora, representado neste ato, e nos termos da Lei, pelo seu Diretor, Manuel Dinis Passinhas Cabeça, como **segundo outorgante**;

Considerando que:

- a) O Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira é uma instituição de ensino sob a forma de pessoa coletiva de direito público, globalmente orientada para a prossecução dos objetivos do ensino científico-humanístico e profissional na região em que se encontra inserida, tencionando prossecução das políticas educacionais e de otimização de recursos;
- b) Nos termos do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, o Diretor do Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira, no âmbito das suas atribuições e visando uma mais adequada prossecução dos objetivos para a participação da escola em atividades pedagógicas, científicas, culturais e desportivas, estabelece protocolos e celebra acordos de cooperação ou de associação com outras escolas e instituições de formação, autarquias e coletividades, em conformidade com os critérios definidos pelo conselho geral;
- c) No enquadramento da Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto, os cursos profissionais visam proporcionar aos alunos uma formação profissional inicial e aprendizagens diversificadas, de acordo com os seus interesses, com vista ao prosseguimento de estudos e ou à inserção no mercado do trabalho, procurando, através dos conhecimentos, capacidades e atitudes trabalhados nas diferentes componentes de formação, alcançar as áreas de competências constantes do Perfil dos Alunos à Saída Escolaridade Obrigatória;
- d) A estratégia de educação promovida no Programa do XXIII Governo Constitucional¹ elege o combate às desigualdades através da educação, como um propósito de referência, adotando a mobilidade social e a promoção da equidade como um dos principais instrumentos de avaliação da qualidade das escolas. Destacando “aprender bem” como uma dimensão de colaboração entre escolas, na divulgação de práticas pedagógicas de qualidade e na partilha de estratégias que melhor garantem a construção de conhecimento e o desenvolvimento de competência. Na perspetiva da modernização e diversificação, o Centro Tecnológico Especializado (CTE) introduz novas complementaridades e parcerias entre a

¹ <https://www.portugal.gov.pt/gc23/programa-do-governo-xviii/programa-do-governo-xviii-pdf.aspx?v=%C2%ABmlkvi%C2%BB=54f1146c-05ee-4f3a-be5c-b10f524d8cec>

oferta das escolas e de outros parceiros, como forma de adequação da oferta às necessidades sociais locais e das empresas;

- e) Por via do investimento mobilizado pelo PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, os CTE visam reequipar e robustecer a infraestrutura tecnológica das escolas com oferta de ensino profissional, através da instalação ou modernização de espaços e equipamentos, amplificando a capacidade instalada; reforçar a atratividade das formações de nível secundário de dupla certificação em domínios de especialização que requerem mão-de-obra muito qualificada e se inserem num processo de mutação tecnológica acelerada pelos desafios da transição climática e da transição digital; modernizar a oferta formativa em linha com as evoluções do tecido produtivo, através da criação de centros especializados em áreas tecnológicas com grande potencial na criação de valor acrescentado; aumentar o número de jovens diplomados em ofertas de dupla certificação de nível secundário e pós-secundário não superior, em especial, em áreas emergentes; investir no desenvolvimento de qualificações/competências para a inovação e renovação industrial; melhorar a articulação vertical entre os vários níveis de educação e formação profissional, contribuindo para a aprendizagem ao longo da vida;
- f) O reconhecido interesse mútuo no estreitamento da cooperação entre as organizações acima identificadas;
- g) A matéria que constitui objeto do presente protocolo obriga a tratamento especial, específico e diferenciado, com um conjunto de soluções adequadas e ajustadas em função dessas especificidades que ofereçam respostas aos objetivos que as partes se propõem desenvolver;
- h) As obrigações decorrentes do presente Protocolo subsumem-se nas situações de contratação excluída previstas no artigo 6.º-A do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atualmente em vigor, sendo que, estando em causa serviços de educação e formação profissional, previstos no Anexo IX ao referido diploma, não se mostra aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atualmente em vigor.

Pelo interesse convergente que reveste o estabelecimento da presente cooperação entre as partes supra identificadas, é livremente celebrado o presente Protocolo de Colaboração, doravante designado por Protocolo, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente *Protocolo* tem por objetivo, específico, fixar um quadro de cooperação no âmbito do Centro Tecnológico Especializado (CTE) entre o Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira e o Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício

Cláusula 2.ª

Colaboração

1 – No âmbito do presente Protocolo o Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício e o Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira comprometem-se, conjuntamente, a:

- a) definir articuladamente a oferta formativa proposta por cada escola do mesmo território, de forma a evitar redundâncias;
- b) definir de forma articulada uma estratégia de orientação escolar e profissional;
- c) desenvolver trabalho colaborativo entre formadores da componente tecnológica;
- d) partilhar equipamentos e/ou instalações.

2 – Ambas as Instituições partilham estratégias de inovação pedagógica, otimizando a capacidade instalada dos equipamentos, tecnologias e recursos digitais do CTE e maximizando o ganho de competências STEAM² por parte dos alunos.

3 – Aplicam-se colaborativamente práticas educativas para a resiliência e transição climática que promovem as competências verdes³, o cumprimento das metas do Pacto Ecológico Europeu, em alinhamento com os contributos para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e valorizam os estilos de vida saudável, e a vivência territorial em comunidades sustentáveis.

4 – Promovem-se ambientes seguros, limpos e ecossistemas inclusivos em ambas as Instituições educativas, com princípios comuns pela igualdade de oportunidades, isentos de violência, no cumprimento da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-21⁴, da Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-25⁵ e orientação inclusiva do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que reforça a continuidade de um percurso educativo comum e plural que proporcione a todos a participação em condições de equidade, incorporando a ética e práticas educativas de qualidade, com respeito pela diversidade, dando oportunidade a todos os alunos de desenvolverem o seu máximo potencial.

5 – O Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício e o Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira, comprometem-se a divulgar o conteúdo deste protocolo pelos meios de que dispõe, nomeadamente por publicação nos seus sítios na Internet.

6 – No âmbito do presente Protocolo, o Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira, nomeia Duarte Manuel Sardinha Martins como o/a interlocutor/a preferencial relativamente ao mesmo.

Cláusula 3.ª

Prazo

1 – O presente Protocolo durará pelo período correspondente ao da duração do projeto que lhe serve de objeto, sem prejuízo da salvaguarda de qualquer eventualidade de força maior, ou circunstância, que justifique, imponha ou aconselhe a alteração da data inicialmente definida,

² STEAM is an acronym referring to the academic disciplines of Science, Technology, Engineering, Arts and Mathematics

³ GreenComp https://joint-research-centre.ec.europa.eu/greencomp-european-sustainability-competence-framework_en

⁴ <https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/61-2018-115360036>

⁵ <https://www.inr.pt/documents/11309/284924/ENIPD.pdf>

podendo ainda cessar por denúncia de qualquer das partes, com uma antecedência mínima de 60 dias, sob a data em que se produzam os efeitos da mesma.

2 – O presente Protocolo pode ainda ser revogado, a todo o tempo, por acordo entre as partes, sempre sem prejuízo das iniciativas conjuntas ou de qualquer compromisso individual em curso à data da sua cessação, que deste modo devem sempre concluir-se.

Cláusula 4.ª

Sigilo e Proteção de Dados

1 – Os outorgantes garantirão absoluto e reservado sigilo quanto a informações de que venham a ter conhecimento relacionadas com as atividades de ambos.

2 – As Partes obrigam-se a cumprir o disposto na legislação de proteção de dados pessoais em vigor em cada momento, nomeadamente, o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (“RGPD”).

Cláusula 5.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

São da responsabilidade de ambos os outorgantes o respeito pontual e integral pelos direitos decorrentes e emergentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças de acordo com as regras internacionais e comunitárias, bem assim como as internas que disciplinem essa matéria.

Cláusula 6.ª

Revisão

1 - A revisão do presente *Protocolo* pode realizar-se, a todo o tempo, por iniciativa de uma das instituições que o outorgam, e mediante o mútuo acordo de ambas.

2 - Também em caso de modificação ou extinção do presente Protocolo, as partes comprometem-se a garantir o cumprimento das atividades já programadas ou em execução até ao termo das mesmas.

Cláusula 7.ª

Ações de cooperação específica

As partes estabelecem que cada projeto/ação específica a desenvolver será definido e detalhado, no que respeita aos objetivos, encargos, mecanismos e prazos, através de documentos complementares que farão parte deste protocolo sob a forma de anexos.

Cláusula 8.ª
Resolução de conflitos

As partes comprometem-se a resolver de forma amigável qualquer litígio que possa surgir da execução do presente protocolo.

Cláusula 9.ª
Interpretação

As dúvidas suscitadas pela aplicação das regras do protocolo serão esclarecidas e interpretadas de comum acordo, dentro do princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução das finalidades expressas.

O Protocolo foi assinado por ambas as partes.

Évora, 1 de Agosto de 2022.

Pelo Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira

Pelo Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício